



Governo de
**Mato
Grosso**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Edital de Concorrência Pública n.º [●]/202[●]

Processo n.º 202[●]-[●]

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]/202[●]

**CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RELATIVOS À REFORMA, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO PARQUE
ESTADUAL ÁGUAS QUENTES, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SANTO
ANTÔNIO DO LEVERGER, ESTADO DE MATO GROSSO.**

ANEXO 01 – Minuta do Contrato de Concessão



ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	5
2. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS.....	5
3. ANEXOS.....	11
CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO.....	12
4. OBJETO DA CONCESSÃO.....	12
5. PRAZO DA CONCESSÃO.....	12
6. DA OUTORGA.....	14
7. DAS FASES DA CONCESSÃO.....	15
8. DOS BENS REVERSÍVEIS	17
9. VALOR DO CONTRATO	20
CAPÍTULO III – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	20
10. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA.....	20
11. OBRIGAÇÕES GERAIS DO PODER CONCEDENTE	24
12. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES	28
13. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	29
14. INTERFERÊNCIAS	30
15. DOS PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	30
16. DA EXECUÇÃO DAS OBRAS.....	32
17. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCEDIDOS	33
18. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS E EMPREGADOS PELA CONCESSIONÁRIA	34
19. DAS DECLARAÇÕES	36
20. DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	37
21. DA FISCALIZAÇÃO	41
22. SEGUROS.....	42
23. DAS ATIVIDADES RELACIONADAS	45
24. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS	46
CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA.....	47



25.	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA	47
26.	FINANCIAMENTO	48
27.	DA ASSUNÇÃO DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	49
28.	GOVERNANÇA CORPORATIVA E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	50
CAPÍTULO V – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO		50
29.	CAUSAS DE RECOMPOSIÇÃO	50
30.	RISCOS DA CONCESSIONÁRIA.....	52
31.	RISCOS DO PODER CONCEDENTE	54
32.	DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR	54
33.	PEDIDOS DE REVISÕES CONTRATUAIS.....	55
CAPÍTULO VI – DA GARANTIA		58
34.	GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA	58
CAPÍTULO VII – DAS MULTAS, SANÇÕES E RESOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS DO CONTRATO		60
35.	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS SANÇÕES CONTRATUAIS	60
36.	MULTAS	63
37.	INTERVENÇÃO.....	64
38.	ARBITRAGEM.....	66
CAPÍTULO VIII – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.....		68
39.	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO	68
40.	ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	69
41.	ENCAMPAÇÃO	70
42.	CADUCIDADE	71
43.	RESCISÃO	73
44.	ANULAÇÃO	74
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS		75
45.	CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO	75
46.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	75



**CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DE
OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À
REFORMA, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO PARQUE
ESTADUAL ÁGUAS QUENTES**

Aos [●] dias do mês de [●] de 202[●], de um lado, o Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Des. Carlos Avalone, s/n.º, Palácio Paiaguás, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0001-44, neste ato representado por [●], doravante denominado PODER CONCEDENTE; e, de outro lado, a [●], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [●], com sede na Rua [●], na cidade de [●], Estado de [●], neste ato representada na forma de seu ato constitutivo por [●], doravante denominada apenas CONCESSIONÁRIA;

Considerando que:

- 1) o PODER CONCEDENTE, autorizado pela Lei Estadual n.º [●], de [●], de [●] de 202[●], promoveu licitação, na modalidade de concorrência pública, objetivando a concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, nos termos definidos pela Lei Federal n.º 8.987/1995, cujo objeto consiste na reforma, manutenção e operação do PARQUE ESTADUAL;
- 2) o(a) [●] sagrou-se vencedor(a) da licitação, em conformidade com ato da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Edição nº [●], do dia [●] de [●] de 202[●]; e
- 3) o(a) [●], na condição de vencedor(a) da licitação, constituiu a CONCESSIONÁRIA, atendendo, desse modo, a exigência prevista no EDITAL da licitação para possibilitar a contratação com o PODER CONCEDENTE;

Têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, que será regido pelas normas legais vigentes e pelas Cláusulas a seguir:



CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 Este CONTRATO será regido pela Lei Federal n.º 8.987/1995; pela Lei Federal n.º 9.074/1995; pela Lei Federal nº 8.666/1993; pela Constituição do Estado de Mato Grosso, pela Lei Estadual nº 9.641/11 – no que for aplicável às concessões comuns realizadas no Estado de Mato Grosso – e pela Lei Estadual n.º [●]/202[●], que autorizou a CONCESSÃO, assim como pelas demais normas vigentes no Brasil.

2. DEFINIÇÕES APLICÁVEIS

2.1. Para fins de interpretação do presente CONTRATO, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, todos os termos e expressões empregados em letras maiúsculas, tanto na forma singular quanto no plural, são assim definidos:

(i) **ADJUDICATÁRIA:** licitante vencedora da licitação promovida pelo PODER CONCEDENTE visando à concessão de serviços públicos precedida da execução de obras públicas consistente na reforma, manutenção e operação do PARQUE ESTADUAL, a qual constituiu a CONCESSIONÁRIA;

(ii) **ANEXO:** cada um dos documentos anexos ao CONTRATO, conforme o caso, seguido da sua denominação;

(iii) **ATIVIDADES RELACIONADAS ou ATRATIVO(S):** qualquer atividade, projeto, equipamento ou empreendimento associado ao objeto da CONCESSÃO explorada pela CONCESSIONÁRIA na forma deste CONTRATO, inclusive aquelas relacionadas ao COMPLEXO HOTELEIRO;



- (iv) **BENS REVERSÍVEIS:** bens móveis e imóveis essenciais à prestação dos SERVIÇOS, sejam eles fornecidos pelo PODER CONCEDENTE ou construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, os quais deverão ser revertidos para o patrimônio do PODER CONCEDENTE após o término da vigência da CONCESSÃO, sem quaisquer ônus, ressalvadas as hipóteses de extinção antecipada ou de novos investimentos, conforme descrito neste CONTRATO;
- (v) **CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR:** fato imprevisível, cujos efeitos não podem ser evitados ou impedidos, conforme prevê o Parágrafo Único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que afetem as atividades compreendidas na CONCESSÃO;
- (vi) **COMPLEXO HOTELEIRO:** o Hotel Mato Grosso Águas Quentes localizado no interior do Parque Estadual Águas Quentes;
- (vii) **CONCESSÃO:** concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, de acordo com a Lei Federal nº 8.987/95, cujo escopo é a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS visando à exploração do PARQUE ESTADUAL;
- (viii) **CONCESSIONÁRIA:** SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE, identificada no preâmbulo, que executará a CONCESSÃO;
- (ix) **CONCORRÊNCIA:** Concorrência Pública nº [●]/202[●] instaurada pelo EDITAL;
- (x) **CONTRATO:** o presente contrato de CONCESSÃO formalizado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;
- (xi) **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:** cronograma de execução das OBRAS constante do ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária, a ser observado pela CONCESSIONÁRIA;



- (xii) DATA DE EFICÁCIA: data em que estiverem implementadas as condições suspensivas previstas na subcláusula 5.3 deste CONTRATO, momento em que este tornar-se-á plenamente eficaz, iniciando o fluxo do prazo da CONCESSÃO;
- (xiii) EDITAL: Edital da CONCORRÊNCIA e todos os seus anexos;
- (xiv) EQUIPE MÍNIMA: quadro de Funcionários e Colaboradores, a ser constituído pela CONCESSIONÁRIA, a fim de executar as atividades no PARQUE ESTADUAL e garantir a realização de todos os encargos mínimos obrigatórios objeto deste CONTRATO, em especial para aqueles exigidos na ETAPA DE TRANSIÇÃO;
- (xv) ETAPA DE TRANSIÇÃO: primeiros 180 (cento e oitenta) dias da CONCESSÃO contados da DATA DE EFICÁCIA, em que a CONCESSIONÁRIA cumpre com obrigações iniciais da CONCESSÃO. Sua realização tem por objetivo a adequada assunção da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA, a ser realizada sob a orientação e o apoio do PODER CONCEDENTE, assegurando a continuidade da prestação dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, operação do COMPLEXO HOTELEIRO e diversas utilizações atuais do PARQUE ESTADUAL;
- (xvi) GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: garantia do cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser mantida pela CONCESSIONÁRIA em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos neste CONTRATO;
- (xvii) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA, ou representem as partes credoras nessa concessão de financiamento;



(xviii) **LAVRA:** a lavra mineral das águas do PARQUE ESTADUAL, que foram concedidas à empresa Companhia Matogrossense de Mineração – METAMAT através da Portaria de Lavra nº 240/93 e cedidas a terceiro por meio do Processo DNPM nº 808.793/73;

(xix) **OBRAS:** atividades de engenharia, necessárias à reforma e manutenção do PARQUE ESTADUAL, assim como de suas estruturas, necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO conforme definidas, descritas e caracterizadas no ANEXO K - Caderno de Encargos da Concessionária;

(xx) **ORDEN DE SERVIÇO:** ordem de serviço a ser emitida pelo PODER CONCEDENTE para que a CONCESSIONÁRIA inicie a execução da CONCESSÃO;

(xxi) **OUTORGA FIXA:** valor ofertado na PROPOSTA COMERCIAL apresentada pela ADJUDICATÁRIA durante o certame licitatório ou o valor do lance ganhador apresentado verbalmente pela ADJUDICATÁRIA, o qual deverá ser pago ao PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO;

(xxii) **OUTORGA VARIÁVEL:** valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, de 5% (cinco por cento) da RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA com a cobrança de PASSES, TARIFAS e INGRESSOS dos USUÁRIOS bem como com a exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS), nos termos deste CONTRATO e do seu ANEXO B – Mecanismo de Pagamento de Outorga Variável;

(xxiii) **PARQUE ESTADUAL ou PARQUE:** Parque Estadual Águas Quentes, localizado no município de Santo Antônio do Leverger/MT, instituído pelo Decreto Estadual n. 1.240/78, no qual serão implantadas as OBRAS e prestados os SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA, incluindo o COMPLEXO HOTELEIRO, compreendido pelos locais e imóveis definidos no ANEXO III – Limites Territoriais da Concessão e no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária, todos de propriedade do Estado de Mato Grosso;



- (xxiv) **PARTES: PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA;**
- (xxv) **PASSES, TARIFAS e INGRESSOS:** passes, tarifas e ingressos cobrados dos **USUÁRIOS** pela **CONCESSIONÁRIA** para: (i) a estadia no **COMPLEXO HOTELEIRO**; e (ii) a utilização de eventuais **ATRATIVOS** extraordinários, bem como serviços adicionais instalados no **PARQUE ESTADUAL**, incluindo, sem se limitar, aqueles relativos a atividades de ecoturismo, oferecidos em áreas especiais;
- (xxvi) **PODER CONCEDENTE:** Estado de Mato Grosso, cujas competências serão exercidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
- (xxvii) **PROGRAMA DE INTERVENÇÕES:** Planos e projetos a serem apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**, nos termos do **ANEXO K – Caderno de Encargos Da Concessionária** e **ANEXO L – Projeto de Referência**, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da de emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**;
- (xxviii) **PROPOSTA COMERCIAL:** proposta apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** na **CONCORRÊNCIA**;
- (xxix) **RECEITA BRUTA:** receita bruta da **CONCESSIONÁRIA** auferida em virtude da exploração da **CONCESSÃO**;
- (xxx) **RELATÓRIO DE DESEMPENHO:** relatório elaborado pela **CONCESSIONÁRIA** e submetido ao **PODER CONCEDENTE**, trimestralmente, contendo o cálculo dos indicadores de desempenho, do índice de desempenho e do valor de **OUTORGA VARIÁVEL** a ser pago pela **CONCESSIONÁRIA**;
- (xxxi) **SERVIÇOS:** atividades de manutenção e operação do **PARQUE ESTADUAL**, conforme definidas, descritas e caracterizadas no **ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária**;

(xxxii) SUBCONTRATADO: pessoa indicada pela CONCESSIONÁRIA para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do objeto da CONCESSÃO;

(xxxiii) USUÁRIOS: pessoas que visitarão e utilizarão do PARQUE ESTADUAL e/ou fruirão das atrações disponíveis;

(xxxiv) VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.624.186,00 (vinte milhões seiscentos e vinte e quatro mil cento e oitenta e seis reais), calculado com base no valor estimado para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS.

2.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

(i) referências ao CONTRATO ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES;

(ii) referências ao EDITAL devem incluir todos os documentos dele integrantes e inclusive as respostas a eventuais esclarecimentos ao EDITAL;

(iii) os títulos dos capítulos e dos itens do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;

(iv) no caso de divergência entre o EDITAL, CONTRATO e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no CONTRATO;

(v) no caso de divergência entre o CONTRATO e os demais ANEXOS, prevalecerá o disposto no CONTRATO;

(vi) no caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE; e



(vii) no caso de extinção de qualquer dos índices de reajuste previstos no CONTRATO, o índice a ser utilizado deverá ser aquele que o substituir. Caso nenhum índice venha a substituir automaticamente o índice extinto, as PARTES deverão determinar, de comum acordo, o novo índice a ser utilizado.

3. ANEXOS

3.1. Para todos os fins, integram o CONTRATO os seguintes ANEXOS:

ANEXO A – Edital e Anexos

ANEXO B – Mecanismo de Pagamento da Outorga Variável

ANEXO C – Atos Constitutivos da Concessionária

ANEXO D – Proposta Comercial da Adjudicatária

ANEXO E – Documentos de Habilitação da Adjudicatária

ANEXO F – Garantia de Execução do Contrato

ANEXO G – Apólices de Seguro

ANEXO H – Respostas aos Pedidos de Esclarecimentos

ANEXO I – Inventário de Bens Reversíveis

ANEXO J – Cronograma de Integralização do Capital Social

ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária

ANEXO L - Projeto de Referência

CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO

4. OBJETO DA CONCESSÃO

4.1. O objeto do CONTRATO é a CONCESSÃO para a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS relativos à reforma, manutenção e operação do PARQUE ESTADUAL.

4.2. As OBRAS e SERVIÇOS que serão executadas pela CONCESSIONÁRIA se encontram definidas, descritas e caracterizadas no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária.

5. PRAZO DA CONCESSÃO

5.1. O prazo da CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, os quais serão contados a partir da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.

5.2. O CONTRATO poderá ser prorrogado pelo PODER CONCEDENTE, excepcionalmente, na forma prevista neste CONTRATO e nos limites da legislação aplicável, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e/ou para assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS nas hipóteses em que não se lograr, previamente ao encerramento do prazo de vigência da CONCESSÃO, a conclusão de novo processo licitatório para uma nova concessão do PARQUE ESTADUAL.

5.3. Para todos os efeitos do presente CONTRATO, a DATA DE EFICÁCIA é aquela em que estiverem implementadas as seguintes condições suspensivas:

- (i) publicação, pelo PODER CONCEDENTE, do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;
- (ii) transferência da posse e liberação de acesso, pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, dos imóveis que compõem o PARQUE ESTADUAL, inclusive o COMPLEXO HOTELEIRO, de propriedade do Estado de Mato Grosso, os quais deverão

estar livres e desimpedidos de bens, acervos ou equipamentos, do PODER CONCEDENTE ou de terceiros, que não os bens, acervos ou equipamentos afetos à CONCESSÃO;

(iii) pagamento da OUTORGA FIXA, em parcela única, mediante a quitação de Guia de Recolhimento expedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por parte da CONCESSIONÁRIA; e

(iv) recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de ORDEM DE SERVIÇO que deverá ser emitida pelo PODER CONCEDENTE após a implementação das condições suspensivas a que se referem os itens (i), (ii) e (iii) desta subcláusula.

5.4. A condição física de entrega e recebimento dos imóveis que compõem o PARQUE ESTADUAL corresponde àquela prevista no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária, verificada pela CONCESSIONÁRIA em visita técnica durante a fase de licitação.

5.4.1. Caso sejam constatadas quaisquer modificações nos imóveis que tenham sido realizadas pelo PODER CONCEDENTE após a visita técnica, a CONCESSIONÁRIA terá a prerrogativa de exigir que o PODER CONCEDENTE restitua as condições anteriores para que seja iniciada a DATA DE EFICÁCIA.

5.5. Caso o PODER CONCEDENTE não cumpra as providências previstas na subcláusula 5.3 e, se for o caso, na subcláusula 5.4, em 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura do CONTRATO, a critério da CONCESSIONÁRIA, o CONTRATO poderá ser extinto, devendo o PODER CONCEDENTE indenizar a CONCESSIONÁRIA pelos custos comprovadamente suportados até a extinção do CONTRATO.

5.5.1. As PARTES poderão, de mútuo acordo, acordar a prorrogação do prazo estabelecido na subcláusula 5.4.1.



5.5.2. Na hipótese de extinção da CONCESSÃO prevista na subcláusula 5.4.1, a CONCESSIONÁRIA fará jus:

(i) ao ressarcimento de quaisquer outros valores despendidos em função da contratação, inclusive para a constituição e organização da CONCESSIONÁRIA, integralização de capital social, mobilização para realização das OBRAS e prestação de SERVIÇOS, contratação de pessoal e equipamentos, contratação das apólices de seguro e prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO; e

(ii) ao ressarcimento de todos os encargos ou ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações devidas a fornecedores contratados, SUBCONTRATADOS e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do rompimento dos respectivos instrumentos.

5.5.3. A indenização, compensação ou ressarcimento deverá ser corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data do desembolso pela CONCESSIONÁRIA até o pagamento pelo PODER CONCEDENTE.

6. DA OUTORGA

6.1. A CONCESSIONÁRIA pagou ao PODER CONCEDENTE, a título de OUTORGA FIXA, o valor de R\$ [-] ([-]), em conformidade com os termos da PROPOSTA COMERCIAL final, levando em consideração eventuais lances orais que tenham sido realizados na CONCORRÊNCIA, que levou ao êxito da CONCESSIONÁRIA na CONCORRÊNCIA.

6.2. Além do valor da OUTORGA FIXA, a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, a título de OUTORGA VARIÁVEL, percentual sobre a RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA com a exploração da CONCESSÃO (cobrança de PASSES, TARIFAS e INGRESSOS dos USUÁRIOS e execução das ATIVIDADES RELACIONADAS), conforme previsto no ANEXO B – Mecanismo de Pagamento da Outorga Variável.



6.2.1. Os pagamentos dos valores correspondentes à OUTORGA VARIÁVEL serão realizados mensalmente pela CONCESSIONÁRIA a partir do início da Fase de SERVIÇOS, definida na Cláusula 7, abaixo.

6.2.2. Os pagamentos dos valores correspondentes à OUTORGA VARIÁVEL serão realizados pela CONCESSIONÁRIA sempre até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente aos SERVIÇOS, mediante a quitação de Guia de Recolhimento expedida mensalmente pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente com base nos valores de RECEITA BRUTA informados pela CONCESSIONÁRIA relativamente a cada mês anterior.

6.2.3. Caso a CONCESSIONÁRIA deixe de pagar qualquer mensalidade correspondente à OUTORGA VARIÁVEL no prazo previsto no item 6.2.1 desta subcláusula 6.2, incorrerá em multa de 1% (um por cento) sobre o referido valor, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

6.3. Fica desde já acordado, que o percentual a ser pago pela CONCESSIONÁRIA a título de OUTORGA VARIÁVEL poderá ser majorado para o percentual máximo de 6,5% (seis e meio por cento) da RECEITA BRUTA, em função do desempenho da CONCESSIONÁRIA na operação do PARQUE ESTADUAL, conforme indicadores previstos no ANEXO B – Mecanismo de Pagamento da Outorga Variável.

6.4. As demais regras atinentes ao pagamento da OUTORGA VARIÁVEL, notadamente relativas aos indicadores de desempenho e possibilidades de aplicação de penalidades ao CONCESSIONÁRIO no caso de má performance estão dispostas no ANEXO B – Mecanismo de Pagamento de Outorga Variável.

7. DAS FASES DA CONCESSÃO

7.1. A execução do CONTRATO obedecerá às seguintes fases:

- (i) Fase de OBRAS; e
- (ii) Fase de SERVIÇOS.

7.2. A Fase de OBRAS terá início imediato a partir do recebimento pela CONCESSIONÁRIA da aprovação do PROGRAMA DE INTERVENÇÕES do PODER CONCEDENTE, nos termos da subcláusula 7.5, e deverá ser concluída pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, data prevista para finalização de todas as etapas das OBRAS, de acordo com as definições, descrições e caracterizações previstas no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária.

7.3. A Fase de SERVIÇOS terá início imediato a partir da emissão pelo PODER CONCEDENTE da ORDEM DE SERVIÇO e deverá ser conduzida pela CONCESSIONÁRIA de acordo com as definições, descrições e caracterizações previstas no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária.

7.4. A ETAPA DE TRANSIÇÃO considera os primeiros 180 dias da CONCESSÃO, a partir da DATA DE EFICÁCIA, período em que a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar seu PROGRAMA DE INTERVENÇÕES e demais planos ao PODER CONCEDENTE, em conformidade com o ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária, e constituir EQUIPE MÍNIMA.

7.5. A ETAPA DE TRANSIÇÃO tem por objetivo a adequada assunção da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA, a ser realizada sob a orientação e o apoio do PODER CONCEDENTE, assegurando a continuidade da prestação dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, operação do COMPLEXO HOTELEIRO e diversas utilizações atuais do PARQUE ESTADUAL.

7.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o seu PROGRAMA DE INTERVENÇÕES no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da ORDEM DE SERVIÇO e o PODER CONCEDENTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar o documento e determinar eventuais alterações, as quais deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento das determinações do PODER CONCEDENTE.



7.5.2. As Partes acordam que caberá ao PODER CONCEDENTE expedir documento aprovando formalmente o PROGRAMA DE INTERVENÇÕES da CONCESSIONÁRIA, a partir de quando terá início a FASE DE OBRAS, a qual deverá necessariamente finalizada pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

7.5.3. O PODER CONCEDENTE poderá, excepcionalmente e a seu exclusivo critério, prorrogar o prazo de apresentação do PROGRAMA DE INTERVENÇÕES em, no máximo, 60 (sessenta) dias.

7.5.4. Após a emissão da aprovação PROGRAMA DE INTERVENÇÕES pelo PODER CONCEDENTE, a Fase de OBRAS e a fase de SERVIÇOS irão ocorrer concomitantemente.

7.6. A Fase de SERVIÇOS perdurará até o fim do prazo da CONCESSÃO, durante a qual a CONCESSIONÁRIA poderá, ainda, a seu exclusivo critério, explorar, por si ou por terceiros, outras atividades complementares relacionadas ao objeto da CONCESSÃO, na forma disposta na Cláusula 22 deste CONTRATO.

8. DOS BENS REVERSÍVEIS

8.1. São BENS REVERSÍVEIS, que retornarão ao PODER CONCEDENTE ao final do CONTRATO:

- (i) os bens que pertencem ao PODER CONCEDENTE e serão cedidos para uso pela CONCESSIONÁRIA; e
- (ii) os bens que serão adquiridos e/ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, desde que sejam essenciais para a prestação dos SERVIÇOS.

8.2. O PODER CONCEDENTE deverá disponibilizar à CONCESSIONÁRIA, juntamente com a ORDEM DE SERVIÇO, a relação completa dos BENS REVERSÍVEIS referidos no item (i) da subcláusula 8.1, trazendo a descrição, o estado de conservação e as demais especificações técnicas.

8.3. A CONCESSIONÁRIA se compromete a verificar a higidez e a exatidão da relação de BENS REVERSÍVEIS referidos no item (i) da subcláusula 8.1, apresentada pelo PODER CONCEDENTE, solicitando os ajustes eventualmente necessários no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da respectiva relação.

(i) Após o transcurso do referido prazo ou o deferimento dos eventuais ajustes solicitados, o PODER CONCEDENTE emitirá a relação definitiva dos BENS REVERSÍVEIS que pertencem ao PODER CONCEDENTE e serão cedidos para uso pela CONCESSIONÁRIA, a qual passará a integrar o presente CONTRATO em seu ANEXO J – Inventário de Bens Reversíveis.

8.4. É vedada a oferta de BENS REVERSÍVEIS em garantia, salvo na hipótese dos bens a que se refere o item (ii) da subcláusula 8.1, quando demandado para o financiamento da sua aquisição.

8.5. Todos os negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS REVERSÍVEIS deverão mencionar expressamente sua vinculação ao PODER CONCEDENTE.

8.6. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar todas as providências para efetuar a manutenção preventiva e corretiva dos BENS REVERSÍVEIS, conservando-os em condições adequadas de uso.

8.7. A CONCESSIONÁRIA terá liberdade para adotar as providências de manutenção preventiva e corretiva dos BENS REVERSÍVEIS que considerar pertinentes, podendo fazê-lo diretamente ou mediante a contratação de terceiros prestadores de serviços de sua confiança.

8.8. No caso de quebra ou extravio dos BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar os respectivos reparos ou reposições, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste CONTRATO e no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária.



8.8.1. Na hipótese de necessidade de reparos ou substituições de BENS REVERSÍVEIS referidos no item (i) da subcláusula 8.1 em decorrência de vícios ocultos à DATA DE EFICÁCIA, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao direito de pleitear e obter a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na razão dos valores despendidos e dos prejuízos que suportar.

8.8.2. Sempre que for necessária a substituição de BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder a substituição por bem de qualidade equivalente ou superior, observada a necessidade destes para a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, respeitado o disposto na subcláusula 8.10.

8.9. Poderá a CONCESSIONÁRIA, discricionariamente, instalar novos bens, equipamentos e materiais, desde que comprovada a sua adequação para atender as finalidades do presente CONTRATO.

8.10. Poderá a CONCESSIONÁRIA, discricionariamente, substituir ou descartar os BENS REVERSÍVEIS que se tornem inservíveis para a continuidade da prestação dos SERVIÇOS que são objeto do presente CONTRATO.

8.11. Deverá a CONCESSIONÁRIA manter inventário atualizado contendo as informações mais relevantes relacionadas aos BENS REVERSÍVEIS, prestando informações ao PODER CONCEDENTE sempre que solicitado, devendo, ainda, ao final da CONCESSÃO apresentar inventário atualizado.

8.12. Ao final do CONTRATO, pertencerão ao PODER CONCEDENTE as benfeitorias realizadas pela CONCESSIONÁRIA nos BENS REVERSÍVEIS, desde que sejam essenciais à prestação dos SERVIÇOS.

8.13. Os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA para a aquisição ou construção de BENS REVERSÍVEIS essenciais à execução do presente CONTRATO, na forma do item (ii) da subcláusula 8.1, deverão ser integralmente amortizados e/ou depreciados durante o prazo da CONCESSÃO.

9. VALOR DO CONTRATO

9.1. O VALOR DO CONTRATO é de R\$ 20.624.186,00 (vinte milhões seiscentos e vinte e quatro mil cento e oitenta e seis reais), calculado com base no valor estimado para a reforma do PARQUE ESTADUAL, assim como para a sua manutenção e operação.

9.2. O valor contemplado na subcláusula 9.1 tem efeito meramente estimativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das PARTES para pleitear ou obter a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CAPÍTULO III – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONCESSIONÁRIA

10.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

- (i) Cumprir e respeitar as Cláusulas e condições deste CONTRATO e seus ANEXOS, respeitando ainda as instruções e solicitações do PODER CONCEDENTE, relativas à execução do objeto da CONCESSÃO;
- (ii) Executar as OBRAS e os SERVIÇOS em conformidade com os termos e condições estabelecidos no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária e em respeito às recomendações estabelecidas no ANEXO L - Projeto de Referência, respondendo por eventuais vícios (aparentes e ocultos), defeitos, imperfeições ou não conformidade;
- (iii) Prover aos USUÁRIOS um serviço adequado, que satisfaça as condições de regularidade, eficiência e segurança;
- (iv) Respeitar o Plano de Manejo aplicável à área de conservação localizada no PARQUE ESTADUAL;

- (v) Dispor de equipamentos, materiais e equipe adequados para a consecução de todas as obrigações estabelecidas neste CONTRATO;
- (vi) Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do presente CONTRATO;
- (vii) Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, de segurança e de medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou SUBCONTRATADOS, isentando o PODER CONCEDENTE de responsabilidade;
- (viii) Indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos, com poderes para representar a CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE;
- (ix) Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados;
- (x) Assumir a integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados na execução do presente CONTRATO;
- (xi) Assumir a integral responsabilidade por toda e qualquer passivo trabalhista eventualmente decorrente da contratação de empregados vinculados à execução do presente CONTRATO;
- (xii) Assumir a integral responsabilidade por todo e qualquer passivo extrajudicial ou judicial decorrente de reclamações ou ações de USUÁRIOS em relação aos SERVIÇOS, limitado aos valores dos seguros contratados, exceto com relação a questões de segurança pública, as quais serão de responsabilidade do PODER CONCEDENTE;
- (xiii) Responder pelos danos causados ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros em decorrência de atos ou omissões da CONCESSIONÁRIA na execução contratual;



(xiv) Manter, para todos os serviços de engenharia e arquitetura e obras, a regularidade perante os respectivos Conselhos Profissionais, certificando-se a respeito da necessidade de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sempre que exigido;

(xv) Contratar os seguros obrigatórios previstos neste CONTRATO para os riscos da CONCESSÃO;

(xvi) Observar e cumprir as regras de pagamento de OUTORGA FIXA e OUTORGA VARIÁVEL, nos termos deste CONTRATO e seus ANEXOS;

(xvii) Aferir e submeter a análise do PODER CONCEDENTE, trimestralmente, RELATÓRIO DE DESEMPENHO elaborado por um verificador independente, que deverá ser escolhido de mútuo acordo entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, sendo seus custos arcados pela CONCESSIONÁRIA, o cálculo dos indicadores de desempenho e respectivos documentos comprobatórios, nos termos do ANEXO B – Mecanismo de Pagamento da Outorga Variável;

(xviii) Observar e cumprir as exigências estabelecidas durante a ETAPA DE TRANSIÇÃO, ajustando a operação em conformidade com as orientações do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO e seus ANEXOS;

(xix) Informar imediatamente ao PODER CONCEDENTE a respeito de todo e qualquer evento que tenha o potencial de alterar de modo relevante o normal desenvolvimento da prestação dos SERVIÇOS, incluindo-se eventual ação judicial ou processo administrativo, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos e incluindo, se for o caso, contribuições de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação;



(xx) Apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do encerramento do exercício, relatório auditado por auditoria independente de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes; e relatório anual de conformidade, contendo a descrição: (i) das atividades realizadas; (ii) das receitas auferidas no período; (iii) dos investimentos e desembolsos realizados; (iv) das obras realizadas; (v) das atividades de manutenção preventiva e emergencial; (vi) dos eventuais períodos de interrupção dos SERVIÇOS e suas justificativas; e (vii) outros dados relevantes;

(xxi) Permitir, cooperar e apoiar as atividades de fiscalização e acompanhamento realizadas pelo PODER CONCEDENTE, admitindo o acesso ao PARQUE ESTADUAL e às suas adjacências, concedendo ainda as informações pertinentes que forem solicitadas;

(xxii) Atender às convocações formalmente encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive para participar de reuniões;

(xxiii) Manter em arquivo todas as informações dos serviços executados durante a vigência da CONCESSÃO, permitindo ao PODER CONCEDENTE livre acesso a qualquer momento;

(xxiv) Contratar segurança privada, assegurando a proteção e vigilância dos bens, serviços e instalações, além da segurança dos USUÁRIOS do PARQUE ESTADUAL, inclusive com relação ao COMPLEXO HOTELEIRO;

(xxv) Responsabilizar-se pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos, Conselhos Gestores de Parques e empresas privadas, visando ao correto desenvolvimento de todas as atividades previstas no OBJETO deste CONTRATO;



(xxvi) Colaborar com a manutenção dos serviços ambientais do PARQUE ESTADUAL, suas funções ecológicas, estéticas e de equilíbrio ambiental, proteção das nascentes, cursos d'água, lagos, fauna, flora e permeabilidade do solo;

(xxvii) Fiscalizar os eventos que forem realizados no PARQUE ESTADUAL, garantindo que zelem pela total integridade do patrimônio ambiental, tais como vegetação, nascentes, cursos d'água, lagos, fauna e flora, com rígidos controles de ruídos e luminosidade que possam causar qualquer dano ao ecossistema;

(xxviii) Manter o PARQUE ESTADUAL limpo, removendo entulhos, sobras e demais materiais inservíveis, responsabilizando-se pela destinação, triagem, transporte, armazenagem, descarte e/ou aproveitamento da sucata e dos resíduos eventualmente originados na CONCESSÃO, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa, observadas as normas técnicas pertinentes e os dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e as exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessárias para essa finalidade, inclusive as licenças ambientais, se aplicáveis;

(xxix) Fornecer ao PODER CONCEDENTE os documentos e realizar quaisquer formalidades para a regularização da cessão do direito de LAVRA das águas do PARQUE ESTADUAL junto aos órgãos competentes.

11. OBRIGAÇÕES GERAIS DO PODER CONCEDENTE

11.1. São obrigações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

(i) Providenciar a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias da referida data.

- (ii) Uma vez publicado o extrato do CONTRATO, transferir a posse e liberar o acesso da CONCESSIONÁRIA aos imóveis que compõem o PARQUE ESTADUAL, os quais deverão estar livres e desimpedidos de bens, acervos ou equipamentos, do PODER CONCEDENTE ou de terceiros, que não os bens, acervos ou equipamentos afetos à CONCESSÃO;
- (iii) Emitir a ORDEM DE SERVIÇO que a CONCESSIONÁRIA inicie a execução da CONCESSÃO;
- (iv) Disponibilizar à CONCESSIONÁRIA, juntamente com a ORDEM DE SERVIÇO, a relação completa dos BENS REVERSÍVEIS referidos no item (i) da subcláusula 8.1, trazendo a descrição, o estado de conservação e as demais especificações técnicas;
- (v) Responsabilizar-se pela existência de quaisquer vícios no BENS REVERSÍVEIS referidos no item (i) da subcláusula 8.1 que sejam pré-existentes à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO;
- (vi) Emitir documento de aprovação do PROGRAMA DE INTERVENÇÕES quando a documentação apresentada pela CONCESSIONÁRIA na ETAPA DE TRANSIÇÃO estiver em conformidade com as exigências do ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária e em respeito às recomendações estabelecidas no ANEXO L - Projeto de Referência;
- (vii) Indicar, no mínimo, 1 (um) representante legal para tratar especificamente dos assuntos relativos à CONCESSÃO;
- (viii) Assumir a integral responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados na operação do PARQUE ESTADUAL até a DATA DE EFICÁCIA, respeitados os contratos já existentes entre o PODER CONCEDENTE e terceiros;



- (ix) Assumir a integral responsabilidade por todo e qualquer passivo trabalhista eventualmente decorrente da contratação de empregados vinculados à operação do PARQUE ESTADUAL até a DATA DE EFICÁCIA, respeitados os contratos já existentes entre o PODER CONCEDENTE e terceiros;
- (x) Assumir a integral responsabilidade por todo e qualquer passivo extrajudicial ou judicial decorrente de reclamações ou ações de USUÁRIOS em relação aos serviços prestados no PARQUE ESTADUAL até a DATA DE EFICÁCIA, respeitados os contratos já existentes entre o PODER CONCEDENTE e terceiros, bem como em relação a valores superiores aos seguros contratados e a questões de segurança pública, independente da data do fato gerador;
- (xi) Responder pelos danos causados a terceiros em decorrência de atos ou omissões do PODER CONCEDENTE na operação do PARQUE ESTADUAL até a DATA DE EFICÁCIA, respeitados os contratos já existentes entre o PODER CONCEDENTE e terceiros;
- (xii) Garantir a atuação de órgãos de segurança pública, sempre que necessário, assegurando a proteção e vigilância dos bens, serviços e instalações, além da segurança dos USUÁRIOS do PARQUE ESTADUAL;
- (xiii) Responsabilizar-se pelos ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos, inclusive de natureza ambiental, anteriores à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, relacionados ao OBJETO DA CONCESSÃO, bem como de atos ou fatos que, embora posteriores à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, decorram de culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE ou de quaisquer terceiros por ele contratados;
- (xiv) Efetuar o monitoramento ambiental do PARQUE ESTADUAL e o eventual manejo de espécies;

- (xv) Fornecer todas as informações necessárias ao desenvolvimento da CONCESSÃO que estejam em posse do PODER CONCEDENTE e que a CONCESSIONÁRIA possa precisar para obter os recursos relativos à CONCESSÃO;
- (xvi) Acompanhar e fiscalizar permanentemente o cumprimento deste CONTRATO, bem como analisar as informações prestadas pela CONCESSIONÁRIA;
- (xvii) Emitir as licenças e autorizações que sejam necessárias à exploração da CONCESSÃO que estejam sob sua competência e responsabilidade, nos termos da legislação pertinente e respeitados os devidos requerimentos e formalidades que deverão ser realizados pela CONCESSIONÁRIA;
- (xviii) Suportar passivos ambientais que surjam em decorrência de incêndios, queimadas e demais formas de destruição das florestas do PARQUE ESTADUAL, salvo se constatada a omissão da CONCESSIONÁRIA;
- (xix) Assumir eventuais consequências decorrentes da alteração das diretrizes contidas no plano de manejo do PARQUE ESTADUAL;
- (xx) Garantir que, na DATA DE EFICÁCIA, o Contrato de Arrendamento existente para a operação do COMPLEXO HOTELEIRO se encontre plenamente encerrado, estando os imóveis que compõem o PARQUE ESTADUAL livres e desembaraçados de quaisquer ônus;
- (xxi) Manter confidencialidade sobre informações sigilosas, notadamente as referentes a aspectos contábeis e financeiros, da CONCESSIONÁRIA ou de pessoas vinculadas à CONCESSIONÁRIA, nos limites da legislação, obtidas no âmbito da CONCESSÃO, ressalvadas as disposições da Lei Federal n. 12.527/11;
- (xxii) Arcar com quaisquer passivos ou prejuízos que a CONCESSIONÁRIA venha a ter em decorrência da não alteração do traçado da estrada que dá acesso ao PARQUE ESTADUAL, caso a alteração não tenha ocorrido no prazo máximo de 4 anos da DATA DE EFICÁCIA;



(xxiii) Assegurar que, na DATA DE EFICÁCIA, o direito de LAVRA das águas do PARQUE ESTADUAL encontre-se livre para alienação, devendo estar plenamente apto para cessão à CONCESSIONÁRIA; e

(xxiv) Realizar todos os devidos procedimentos e requerimentos junto aos órgãos públicos competentes para a cessão do direito de LAVRA das águas do PARQUE ESTADUAL.

12. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

12.1. São de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pleitear e renovar, quando necessárias, as licenças e autorizações em nível federal, estadual e municipal, conforme aplicável, necessárias à execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS objeto desta CONCESSÃO.

12.2. É de responsabilidade do PODER CONCEDENTE a emissão das licenças e autorizações em nível estadual necessárias à realização das OBRAS e à prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, respeitados todos os requerimentos e formalidades que deverão ser realizados pela CONCESSIONÁRIA.

12.3. São de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pleitear e renovar, quando necessário, as licenças e autorizações relativas às obras necessárias para a exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS.

12.4. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da DATA DE EFICÁCIA, realizar consulta prévia nos órgãos ambientais competentes para a validação dos projetos e atividades que serão executadas no PARQUE ESTADUAL, inclusive dos SERVIÇOS e das ATIVIDADE RELACIONADAS.

12.5. O PODER CONCEDENTE empreenderá seus melhores esforços para que a CONCESSIONÁRIA obtenha no menor prazo possível as licenças e autorizações necessárias à execução das OBRAS e à prestação de SERVIÇOS, em respeito à legislação vigente.



12.6. A demora na emissão de alvarás de construção, licenças e autorizações por fato imputável ao Poder Público, em nível estadual, assim entendida como a demora, decorrente de fato não imputável à CONCESSIONÁRIA, por prazo superior a 240 (duzentos e quarenta) dias, contados do respectivo requerimento, ensejará à CONCESSIONÁRIA o direito de pleitear e obter a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

12.6.1. Caso ocorra o previsto na subcláusula 12.6, acima:

- (i) a CONCESSIONÁRIA também terá direito à ampliação dos prazos previstos no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária, inclusive os relativos às OBRAS.
- (ii) a CONCESSIONÁRIA poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso incorra em prejuízos, que deverão ser comprovados.

12.7. A CONCESSIONÁRIA não será responsável pelos efeitos decorrentes do atraso na obtenção das licenças e autorizações, salvo se tiver dado causa ao atraso.

12.8. Quaisquer custos incorridos pela CONCESSIONÁRIA relativos à obtenção de licenças e autorizações que passem a ser exigidas por legislação e/ou regulamentação superveniente à data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL no âmbito da CONCORRÊNCIA ensejarão à CONCESSIONÁRIA o direito de pleitear e obter a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

13. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A responsabilidade pelo passivo ambiental existente até a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, ainda que detectado após essa data, será do PODER CONCEDENTE.

13.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo passivo ambiental gerado após a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO a que comprovadamente der causa.

13.3. A CONCESSIONÁRIA deverá, a partir da DATA DE EFICÁCIA até o término da vigência deste CONTRATO, respeitar o Plano de Manejo aplicável à área de



conservação ambiental localizada no PARQUE ESTADUAL, bem como demais legislações relacionadas vigentes.

14. INTERFERÊNCIAS

14.1. O PODER CONCEDENTE é responsável pela execução e custeio de quaisquer remanejamentos, realocações ou remoções de interferências identificadas para a exploração da CONCESSÃO.

14.2. A CONCESSIONÁRIA não será responsável por atrasos na execução de OBRAS e prestação de SERVIÇOS decorrentes de atrasos no remanejamento, remoção ou realocação de interferências, nem por quaisquer custos correspondentes.

14.3. Para os fins das subcláusulas 14.1 e 14.2, entende-se por interferências os obstáculos naturais ou artificiais, tais como, mas sem limitação, árvores, obstáculos geológicos, redes de energia elétrica, telefonia e transmissão de dados, adutoras, gasodutos e similares e achados arqueológicos e/ou relevantes ao patrimônio histórico.

15. DOS PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

15.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável por realizar, por sua conta e risco, pesquisas, levantamentos e estudos, bem como elaborar e manter atualizados os projetos de engenharia e arquitetura relativos às OBRAS e às obras para exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS.

15.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela apresentação, por meio do PROGRAMA DE INTERVENÇÕES, dos projetos de engenharia e arquitetura ao PODER CONCEDENTE, bem como de eventuais ajustes substanciais realizados nestes, em tempo hábil para a execução das OBRAS e das obras para exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS, considerando os prazos constantes desta Cláusula para aprovação do projeto.



15.2.1. O PODER CONCEDENTE pronunciar-se-á acerca da totalidade dos projetos de engenharia e arquitetura apresentados, apontando as irregularidades ou incorreções constatadas considerando as especificações constantes deste CONTRATO e regulamentação aplicável, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, formalizando por escrito sua objeção ou não, com a devida fundamentação contratual e/ou legal, conforme o caso.

15.2.2. Havendo objeção pelo PODER CONCEDENTE aos projetos de engenharia e arquitetura apresentados, caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar as correções necessárias e reapresentar os projetos no prazo de 30 (trinta) dias.

15.2.3. O PODER CONCEDENTE se pronunciará acerca das correções de que trata a subcláusula 15.2.1 no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, formalizando por escrito sua objeção ou não quanto aos projetos de engenharia e arquitetura corrigidos.

15.2.4. Na ausência de pronunciamento do PODER CONCEDENTE nos prazos indicados nas subcláusulas 15.2.1 e 15.2.3, considerar-se-á que não houve objeção aos projetos de engenharia e arquitetura apresentados pela CONCESSIONÁRIA.

15.2.5. Caso a CONCESSIONÁRIA deixe de submeter ao PODER CONCEDENTE o PROGRAMA DE INTERVENÇÕES ou eventuais ajustes substanciais que, por mera liberalidade, venha a realizar nos projetos, estará sujeita à realização de ajustes, reparos, reformas, reconstrução ou refazimento de obras, se assim solicitado pelo PODER CONCEDENTE, de forma a respeitar as especificações constantes deste CONTRATO ou de projetos de engenharia e arquitetura já aprovados pelo PODER CONCEDENTE, conforme o caso.

15.3. A ausência de objeção do PODER CONCEDENTE quanto aos projetos de engenharia e arquitetura apresentados pela CONCESSIONÁRIA (i) não exime a CONCESSIONÁRIA de submeter os referidos projetos para obtenção das licenças e autorizações necessárias à realização das OBRAS, das obras para exploração de



ATIVIDADES RELACIONADAS, e da prestação dos SERVIÇOS; e (ii) não implica responsabilidade para o PODER CONCEDENTE, nem exime a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, assim como das disposições legais ou regulamentares pertinentes, permanecendo as eventuais imperfeições dos projetos sob exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

15.4. A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a qualidade dos projetos de engenharia e arquitetura, podendo firmar contrato específico com terceiros visando à sua realização, a fim de dar cumprimento à obrigação assumida nesta Cláusula.

15.4.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações decorrentes do presente CONTRATO, alegando fatos resultantes das relações contratuais estabelecidas com os terceiros de que trata a subcláusula 15.4.

16. DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

16.1. É obrigação da CONCESSIONÁRIA a perfeita execução das OBRAS na forma prevista no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária, bem como das obras para exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS, respeitando o PROGRAMA DE INTERVENÇÕES aprovado pelo Poder Concedente e as recomendações estabelecidas no ANEXO L - Projeto de Referência.

16.2. As OBRAS devem ser realizadas de acordo com o cronograma previsto no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária, cujo descumprimento sujeitará a CONCESSIONÁRIA às penalidades previstas no CONTRATO, exceto se tal descumprimento for ocasionado por fato imputável ao PODER CONCEDENTE.

16.3. O PODER CONCEDENTE acompanhará a execução das OBRAS e expedirá determinações à CONCESSIONÁRIA sempre que, justificadamente, entender que o cronograma previsto no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária possa vir a ser comprometido ou, ainda, que a qualidade das OBRAS se encontre comprometida.



16.4. Em situações extremas, o PODER CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA elabore e apresente planos para a recuperação de atrasos na execução das OBRAS, sempre visando ao atendimento do cronograma previsto no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária.

16.5. Para o recebimento das OBRAS, bem como das obras para exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS, o PODER CONCEDENTE deverá realizar vistoria completa das instalações, equipamentos e melhorias realizadas, mediante convocação da CONCESSIONÁRIA.

16.5.1. O PODER CONCEDENTE deverá atender à convocação da vistoria no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

16.5.2. O não comparecimento injustificado do PODER CONCEDENTE à vistoria convocada implicará em recebimento das OBRAS e/ou das obras para exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS, conforme o caso.

16.5.3. Na hipótese de a vistoria indicar que não há condições de recebimento das OBRAS e/ou das obras para exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS, conforme o caso, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA, indicando as exigências a serem cumpridas e determinando o prazo para as correções.

16.6. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela conformidade e qualidade de toda e qualquer obra que vier a executar por meio deste CONTRATO, cabendo à CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na legislação brasileira aplicável, providenciar as correções e reparos tão logo os vícios (aparentes e/ou ocultos), defeitos ou inconformidades sejam identificados, sem prejudicar as demais obrigações previstas neste CONTRATO.

17. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCEDIDOS



17.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela prestação dos SERVIÇOS objeto da presente CONCESSÃO, na forma estabelecida no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária.

17.2. A CONCESSIONÁRIA prestará os SERVIÇOS de forma a garantir os melhores resultados ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS e à população do Estado de Mato Grosso e do Município de Santo Antônio do Leverger, realizando permanente e continuamente seus melhores esforços para otimizar a manutenção e a operação do PARQUE ESTADUAL.

17.3. A CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na operação da CONCESSÃO, desde que atue em conformidade com o presente CONTRATO e seus ANEXOS.

17.4. A CONCESSIONÁRIA terá liberdade na operação e manutenção do PARQUE ESTADUAL, respeitadas as especificações deste CONTRATO e seus ANEXOS, elaborados de comum acordo com o PODER CONCEDENTE, ficando a seu critério estabelecer: (i) os horários de funcionamento do PARQUE e dos ATRATIVOS instalados neste, incluindo o COMPLEXO HOTELEIRO; (ii) os preços e valores de tarifas para a estadia no COMPLEXO HOTELEIRO; e (iii) os preços e valores de ingressos e passes para a utilização de eventuais ATRATIVOS instalados no PARQUE, incluindo, sem se limitar, àqueles relativos às atividades de ecoturismo, de forma a possibilitar a geração de receitas necessárias à consecução do objeto contratado, respeitada a legislação aplicável de tutela quanto às gratuidades e meia entrada.

17.5. Quaisquer obras, melhorias ou reformas que se façam necessárias relativas à iluminação do PARQUE ESTADUAL ficarão a cargo da CONCESSIONÁRIA, que será responsável, inclusive, por sua manutenção.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS E EMPREGADOS PELA CONCESSIONÁRIA

18.1. Para a execução das OBRAS, prestação de SERVIÇOS e a exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS, a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar empregados,



subcontratar e/ou contratar com terceiros, ficando a critério da CONCESSIONÁRIA a contratação de empregados que já trabalhavam no PARQUE ESTADUAL previamente à DATA DE EFICÁCIA, nos termos da subcláusula 18.5.1.

18.2. A CONCESSIONÁRIA responderá objetivamente pelos danos que seus empregados, SUBCONTRATADOS ou terceiros contratados, nessa qualidade, causarem aos servidores do PODER CONCEDENTE e a terceiros.

18.3. Os empregados, SUBCONTRATADOS e terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ter capacidade técnica compatível com as melhores práticas para o desempenho de suas atividades.

18.4. Os contratos entre a CONCESSIONÁRIA e seus empregados, SUBCONTRATADOS ou terceiros contratados, reger-se-ão pelas normas de direito do trabalho e de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os empregados, SUBCONTRATADOS ou terceiros contratados e o PODER CONCEDENTE.

18.5. O PODER CONCEDENTE não possui responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra relativa aos empregados da CONCESSIONÁRIA ou dos SUBCONTRATADOS e terceiros por ela contratados.

18.5.1. Nada obstante o disposto na subcláusula 18.5, a Concessionária não é responsável por quaisquer passivos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra com fato gerador anterior à DATA DA EFICÁCIA, decorrentes das relações de trabalho e de prestação de serviços com os funcionários, servidores e contratados do PODER CONCEDENTE.

18.6. O PODER CONCEDENTE será isento e indenizado pela CONCESSIONÁRIA na razão de qualquer valor despendido em função de:



- (i) atos praticados pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, SUBCONTRATADOS, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada;
- (ii) pleitos ou ações de natureza trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionada aos empregados da CONCESSIONÁRIA e/ou de SUBCONTRATADOS e/ou de terceiros contratados, ressalvado o disposto na subcláusula 18.5.1;
- (iii) pleitos ou ações relacionados às OBRAS, aos SERVIÇOS e às ATIVIDADES RELACIONADAS; e
- (iv) autuações ou execuções de natureza fiscal ou tributária, relacionadas às OBRAS, aos SERVIÇOS e às ATIVIDADES RELACIONADAS.

18.7. A CONCESSIONÁRIA também deverá isentar e indenizar o PODER CONCEDENTE por despesas processuais, honorários de sucumbência e demais encargos que, direta ou indiretamente, venha a suportar exclusivamente em decorrência das ocorrências descritas na subcláusula 18.6.

19. DAS DECLARAÇÕES

19.1. A CONCESSIONÁRIA declara que obteve todas as informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações contratuais, e, ainda, que realizou os levantamentos e estudos necessários para a elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL para a execução do objeto do presente CONTRATO.

19.2. A CONCESSIONÁRIA declara, ainda:

- (i) ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no CONTRATO, os quais foram levados em consideração na formulação de sua PROPOSTA COMERCIAL;



(ii) que a PROPOSTA COMERCIAL formulada é incondicional e levou em consideração todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a execução do objeto da CONCESSÃO, o prazo da CONCESSÃO e não representa nenhuma forma de garantia de retorno à CONCESSIONÁRIA; e

(iii) que o valor de pagamento pela OUTORGA FIXA da CONCESSÃO ofertada na etapa de lances verbais está dentro dos limites do seu plano de negócios, o qual também considera a necessidade de pagamentos mensais de OUTORGA VARIÁVEL.

20. DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

20.1. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar empresa ou consórcio de empresas para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE para avaliação do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO do presente CONTRATO.

20.1.1 Os requisitos previstos na subcláusula 20.7 deverão ser avaliados pela CONCESSIONÁRIA para apresentação da lista de indicações.

20.2. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, no exercício de suas atividades e sob a orientação do PODER CONCEDENTE, realizará as diligências necessárias ao cumprimento de suas funções, realizando levantamentos e medições de campo e colhendo informações junto às PARTES, devendo ter, para tanto, acesso a todas as informações e documentos relativos à CONCESSÃO

20.3. A aferição realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE terá como parâmetro o ANEXO B e os relatórios por ele produzidos deverão ser encaminhados ao PODER CONCEDENTE trimestralmente.

20.4. Para fins de contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação do PODER CONCEDENTE, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, ao menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas de reconhecida



competência para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE, observados os requisitos dispostos nesta Cláusula.

20.5. O PODER CONCEDENTE se manifestará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da indicação de que trata a subcláusula 20.4 acima, acerca da adequação das empresas ou dos consórcios de empresas apresentados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da subcláusula 20.7, devendo homologar no máximo 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para atuação como VERIFICADOR INDEPENDENTE. Caberá à CONCESSIONÁRIA formalizar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do CONTRATO, a contratação de 1 (uma) entre as empresas ou consórcios de empresas homologados pelo PODER CONCEDENTE, para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE.

20.5.1. Caso o PODER CONCEDENTE rejeite a lista de indicações apresentada pela CONCESSIONÁRIA ou homologue menos que 3 (três) empresas ou consórcios de empresas, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar outra lista com indicações complementares, nos termos das disposições acima.

20.5.1.1 Caso, após a apresentação da segunda lista com indicações de empresas ou consórcios para atuação como VERIFICADOR INDEPENDENTE, haja uma ou duas entidades homologadas, a CONCESSIONÁRIA ficará dispensada de apresentar novas indicações.

20.5.1.2 Caso, após a segunda lista de indicações, o PODER CONCEDENTE não tenha homologado nenhuma empresa ou consórcio de empresas, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar outra relação de indicações, e assim sucessivamente, nos mesmos termos indicados na subcláusula 20.4, até que o PODER CONCEDENTE realize a homologação de empresa(s) ou consórcio(s) de empresas para atuação como VERIFICADOR INDEPENDENTE nesta CONCESSÃO.

20.5.2. A rejeição, pelo PODER CONCEDENTE, das opções de VERIFICADOR INDEPENDENTE indicados pela CONCESSIONÁRIA, deverá ocorrer sempre de



maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do(s) requisito(s) não atendido(s) pelas indicações da CONCESSIONÁRIA.

20.6. A CONCESSIONÁRIA poderá, a cada ciclo anual de verificação, substituir o VERIFICADOR INDEPENDENTE contratado, desde que por outra empresa ou consórcio de empresas homologado previamente pelo PODER CONCEDENTE.

20.6.1. Anualmente, com ao menos 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência à data de entrega do último relatório produzido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE acerca da aferição trimestral do ÍNDICE DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar novas indicações de VERIFICADOR INDEPENDENTE para homologação pelo PODER CONCEDENTE, em complemento ou substituição dos já homologados, observando o mesmo prazo constante da subcláusula 20.4 acima, e devendo-se manter no máximo 3 (três) empresas ou consórcios de empresas homologados para atuação como VERIFICADOR INDEPENDENTE da CONCESSÃO.

20.6.2. A relação de empresas ou consórcios de empresas homologados nos termos da subcláusula 20.6.1 acima será válida a partir do ciclo de verificação imediatamente posterior àquele no qual realizada a homologação pelo PODER CONCEDENTE e pelo período em que perdurar a homologação.

20.7. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá atender aos seguintes requisitos:

- i. ter completa imparcialidade e não estar em situação de conflito de interesses em relação às PARTES deste CONTRATO DE CONCESSÃO;
- ii. ter comprovadamente experiência, direta ou indireta, na elaboração e aplicação de pesquisa e satisfação do usuário;
- iii. ter comprovadamente experiência na análise de conformidade em infraestrutura e gestão;



- iv. apresentar Plano de Trabalho demonstrando a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do CONTRATO, tendo como referência o ANEXO B;
- v. não ser controladora, controlada ou coligada, estiver sob controle comum em relação à CONCESSIONÁRIA, pertencer a grupo econômico ou de seus acionistas;
- vi. não estar submetida a liquidação, intervenção ou Regime de Administração Especial Temporária – RAET ou com falência decretada;
- vii. contar com equipe técnica de especialistas de nível superior, qualificados profissionalmente em áreas relacionadas com a atividade de exploração do objeto de CONCESSÃO.

20.8. A capacitação técnica dos integrantes da equipe do VERIFICADOR INDEPENDENTE, que trata o item “vi” da subcláusula 20.7 deverá ser acompanhada de:

- i. declaração de cada profissional indicado concordando com sua inclusão na equipe;
- ii. currículo de cada profissional indicado contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, data de nascimento, nacionalidade, função proposta, vínculo, instrução, cursos de extensão, pós-graduação, discriminação dos serviços ou projetos de que participou com identificação do cliente;
- iii. declaração de que atuará com imparcialidade e independência técnica em relação às PARTES do CONTRATO.

20.9. A experiência requerida do VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá ser comprovada pela própria empresa ou consórcio de empresas, ou pelos membros da equipe técnica vinculada.



20.10. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser substituído por outro constante da lista homologada pelo PODER CONCEDENTE na forma da subcláusula 20.4, se, no curso do CONTRATO DE CONCESSÃO, deixar de atender aos requisitos indicados nesta Cláusula.

20.11. A substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE não o exime das responsabilidades até então assumidas.

20.12. A remuneração do VERIFICADOR INDEPENDENTE será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, sem ônus ao PODER CONCEDENTE.

20.13. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar, a qualquer tempo, informações ou esclarecimentos diretamente ao VERIFICADOR INDEPENDENTE.

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1. A fiscalização do CONTRATO será efetuada pelo PODER CONCEDENTE, que, para tanto, terá livre acesso ao PARQUE ESTADUAL, podendo solicitar documentos da CONCESSIONÁRIA que sejam considerados pertinentes.

21.2. O PODER CONCEDENTE registrará e processará as ocorrências apuradas pela fiscalização, notificando a CONCESSIONÁRIA para regularização, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO.

21.3. A CONCESSIONÁRIA deverá reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, as falhas ou defeitos verificados na execução das OBRAS, nas obras relacionadas às ATIVIDADES RELACIONADAS e na prestação dos SERVIÇOS.

21.4. Mesmo que as falhas e defeitos apurados pela fiscalização não ensejem a aplicação imediata de penalidades, o descumprimento dos prazos de regularização determinados pelo PODER CONCEDENTE ensejará a lavratura de auto de infração,



sujeitando a CONCESSIONÁRIA à aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO, sempre mediante observação do contraditório e da ampla defesa.

21.5. O PODER CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir quaisquer falhas ou defeitos nas obras executadas e nos SERVIÇOS prestados.

21.6. O PODER CONCEDENTE poderá promover a fiscalização das obras executadas e SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA por intermédio de órgão técnico de sua estrutura administrativa ou por entidade com ele conveniada.

22. SEGUROS

22.1. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter vigente durante a Fase de OBRAS e das obras relacionadas às ATIVIDADES RELACIONADAS as seguintes apólices de seguros, que deverão ter valores coincidentes com as melhores práticas de mercado para cada tipo de sinistro:

(i) Apólice de seguro contra riscos de engenharia para cobrir danos patrimoniais (inclusive danos emergentes e lucros cessantes) e/ou extrapatrimoniais (inclusive danos morais e estéticos), abrangendo danos pessoais (inclusive danos por invalidez ou morte), que sejam causados a quaisquer pessoas durante o período das OBRAS que serão realizadas, além de todos e quaisquer encargos relacionados (inclusive despesas processuais e honorários advocatícios); e

(ii) Apólice de seguro de responsabilidade civil destinada a reembolsar as indenizações consequentes de danos patrimoniais (inclusive danos emergentes e lucros cessantes) e/ou extrapatrimoniais (inclusive danos morais e estéticos), causados a terceiros durante a execução das OBRAS, inclusive com cobertura para ações civis provenientes de acidentes que causarem morte ou invalidez permanente.

22.2. Além das apólices de seguros previstas na subcláusula 22.1, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter vigente durante toda a CONCESSÃO as



seguintes apólices de seguros, com valores coincidentes com as melhores práticas de mercado para cada tipo de sinistro:

- (i) Apólice de seguro contra riscos patrimoniais para danos materiais, cobrindo perdas, avarias e destruições dos BENS REVERSÍVEIS em decorrência de fatores diversos, inclusive roubos, atos de vandalismo, tumultos, distúrbios, manifestações sociais, além de todos e quaisquer encargos relacionados (inclusive despesas processuais e honorários advocatícios);
- (ii) Apólice de seguro de responsabilidade civil geral, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos, mandatários ou delegados, inclusive subcontratados, de reclamações por danos patrimoniais (inclusive danos emergentes e lucros cessantes) e/ou extrapatrimoniais (inclusive danos morais e estéticos), abrangendo danos pessoais (inclusive danos por invalidez ou morte), que sejam causados a quaisquer terceiros, USUÁRIOS ou não, além de todos e quaisquer encargos relacionados;
- (iii) Apólice de seguro contra riscos relacionados a equipamentos móveis e veículos que sejam utilizados pela CONCESSIONÁRIA durante a execução das OBRAS ou a prestação dos SERVIÇOS, para cobrir danos patrimoniais (inclusive danos emergentes e lucros cessantes) e/ou extrapatrimoniais (inclusive danos morais e estéticos), abrangendo danos pessoais (inclusive danos por invalidez ou morte), que sejam causados aos equipamentos móveis ou veículos, ou a terceiros, USUÁRIOS ou não, além de todos e quaisquer encargos relacionados (inclusive despesas processuais e honorários advocatícios);
- (iv) Apólice de seguro de acidentes e seguro de vida dos empregados e colaboradores da CONCESSIONÁRIA, nos termos exigidos pelo(s) respectivo(s) acordo(s) coletivo(s) vigente(s); e

(v) Apólice de seguro contra riscos patrimoniais para danos materiais, cobrindo perdas, avarias e destruições das florestas, fauna e flora do PARQUE ESTADUAL, inclusive em decorrência de quaisquer incêndios ou queimadas que possam ocorrer na área.

22.3. Caberá à CONCESSIONÁRIA selecionar instituição seguradora de primeira linha, regularmente autorizada a operar no Brasil pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com comprovada experiência em empreendimentos e atividades com riscos similares àqueles próprios do presente CONTRATO, devendo a referida instituição, ainda, possuir, em seu catálogo de apólices oferecidas, todas as listadas neste CONTRATO.

22.4. Os valores indicados para as apólices mencionadas nas subcláusulas 22.1 e 22.2 serão reajustados anualmente, a partir da contratação, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

22.5. Fica a critério da CONCESSIONÁRIA a contratação de coberturas adicionais às estabelecidas neste CONTRATO, devendo arcar com os custos respectivos.

22.6. O PODER CONCEDENTE deverá figurar como cossegurado nas apólices de seguros previstas neste CONTRATO.

22.7. Nas apólices de seguros, deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, ao PODER CONCEDENTE, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

22.8. As apólices dos seguros deverão ter prazo de vigência mínimo de 12 (doze) meses, estando a CONCESSIONÁRIA obrigada a comprovar, em até 30 (trinta) dias da data do término da vigência das apólices, a sua renovação integral pelo mesmo período ou por período superior.



22.9. Os seguros deverão ser renovados a cada 12 (doze) meses, contados a partir da contratação originária.

22.9.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no último ano da CONCESSÃO, renovar os seguros previstos nesta Cláusula 21 pelo prazo adicional de 3 (três) meses contados da data do fim da CONCESSÃO.

22.9.2. A obrigação disposta na subcláusula 22.9.1, acima, deverá observar sempre a data final da CONCESSÃO, que poderá variar de acordo com eventuais prorrogações de prazo da CONCESSÃO e/ou outros ajustes realizados entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, de modo a garantir que todas as apólices de seguro estejam vigentes por até 3 (três) meses contados da data do efetivo fim da CONCESSÃO.

23. DAS ATIVIDADES RELACIONADAS

23.1. O PODER CONCEDENTE desde já autoriza a CONCESSIONÁRIA a explorar as seguintes ATIVIDADES RELACIONADAS, sem prejuízo de outras que poderão ser desenvolvidas durante a execução do CONTRATO:

- (i) Locação de espaços e edificações;
- (ii) Exploração de equipamentos e instalações publicitários;
- (iii) Exploração direta ou indireta de atividades comerciais;
- (iv) Realização de eventos de natureza artística, cultural, esportiva e outros;
- (v) Exploração de atividades desportivas, de aventura ou ao ar livre;
- (vi) Exploração de serviços de estacionamento e guarda de veículos;
- (vii) Exploração de instalações para serviços de gastronomia; e



(viii) Outras atividades indicadas no ANEXO K – Caderno de Encargos da Concessionária.

23.2. Na exploração das ATIVIDADES RELACIONADAS, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar as limitações físicas e as possíveis limitações de público do PARQUE ESTADUAL.

23.3. Quaisquer contratos pactuados com terceiros visando à exploração de ATIVIDADES RELACIONADAS deverão ter vigência limitada ao prazo de vigência do presente CONTRATO.

23.4. Caberá à CONCESSIONÁRIA estabelecer livremente os preços e valores para exploração das ATIVIDADES RELACIONADAS, possibilitando a geração de receitas necessárias à consecução do objeto contratado.

24. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

24.1. Sem prejuízo dos demais direitos previstos neste CONTRATO, são direitos dos USUÁRIOS:

- (i) Receber serviços adequados, na forma prevista pelo presente CONTRATO;
- (ii) Levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA eventuais irregularidades quanto aos SERVIÇOS prestados; e
- (iii) Contar com canais de comunicação físicos e eletrônicos (sítio na internet, endereço de correio eletrônico) adequados e efetivos para fazer reclamações, sugestões e elogios à prestação dos SERVIÇOS, na forma de uma ouvidoria.

24.2. Sem prejuízo das obrigações previstas neste CONTRATO, são obrigações dos USUÁRIOS:

- (i) Suportar os valores correspondentes aos PASSES e INGRESSOS e às eventuais atividades promovidas onerosamente no âmbito da CONCESSÃO; e



(ii) Preservar as áreas do PARQUE ESTADUAL e os BENS REVERSÍVEIS, responsabilizando-se por prejuízos a que derem causa.

24.3. Aos USUÁRIOS serão garantidos os direitos e obrigações devidamente previstos no presente CONTRATO, bem como aqueles dispostos na Lei Federal nº 8.987/95 e na Lei Federal nº 13.460/17.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

25. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA

25.1. A CONCESSIONÁRIA é uma SPE, que tem por único e exclusivo objeto social a exploração da presente CONCESSÃO e das ATIVIDADES RELACIONADAS a que se refere o presente CONTRATO.

25.2. A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE implicará a caducidade da CONCESSÃO.

25.3. A alteração do controle societário da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE quando a medida não prejudicar, tampouco colocar em risco, a execução do CONTRATO.

25.4. Para a obtenção da anuência par a transferência do controle societário, o ingressante deverá:

(i) atender, conforme o caso, às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regular idade jurídica e fiscal necessárias à assunção do OBJETO da CONCESSÃO; e

(ii) zelar pelo cumprimento de todas as Cláusulas deste CONTRATO.

25.5. O PODER CONCEDENTE examinar á o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e/ou ao(s) FINANCIADOR(ES), convocar

os acionistas controladores da SPE e promover quaisquer diligências consideradas adequadas.

25.6. Inexistindo manifestação do PODER CONCEDENTE no prazo de que trata a subcláusula anterior, o(s) pedido(s) submetido(s) pela CONCESSIONÁRIA será(ão) considerado(s) aceito(s).

26. FINANCIAMENTO

26.1. A CONCESSIONÁRIA se responsabilizará pela obtenção dos recursos e financiamentos necessários à execução do objeto da presente CONCESSÃO.

26.2. O PODER CONCEDENTE se compromete ensejar melhor esforços para fornecer, em prazo hábil, os documentos eventualmente necessários à obtenção de recursos pela CONCESSIONÁRIA, sempre que assim for solicitado e nos termos da legislação vigente.

26.3. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE cópia autenticada dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, e quaisquer alterações destes instrumentos, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de sua assinatura e emissão, conforme o caso.

26.4. A CONCESSIONÁRIA deverá, ainda, apresentar ao PODER CONCEDENTE os comprovantes de quitação dos financiamentos por ela contratados.

26.5. Quando da contratação de financiamento, da emissão de títulos de dívida ou da realização de operação de dívida de qualquer outra natureza (inclusive, mas não se limitando, à emissão de debêntures, *bonds* ou à estruturação de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC), a CONCESSIONÁRIA deverá prever expressamente e garantir a efetividade, por meio contratual, da obrigação das INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS comunicarem imediatamente ao PODER CONCEDENTE o descumprimento de qualquer obrigação da CONCESSIONÁRIA nos



contratos de financiamento, que possa ocasionar a execução de garantias ou a assunção do controle pelas INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

26.6. A CONCESSIONÁRIA poderá dar em garantia dos financiamentos contratados os direitos emergentes da CONCESSÃO, desde que não seja prejudicada a operacionalização e a continuidade da prestação dos SERVIÇOS concedidos.

26.7. A CONCESSIONÁRIA poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente para INSTITUIÇÃO FINANCEIRA os direitos emergentes da CONCESSÃO, desde que não seja prejudicada a operacionalização e a continuidade da prestação dos SERVIÇOS concedidos.

27. DA ASSUNÇÃO DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

27.1. Para assegurar a continuidade da CONCESSÃO, uma INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que esteja financiando a CONCESSIONÁRIA poderá assumir o seu controle ou a sua administração temporária nos seguintes casos:

- (i) inadimplemento do financiamento contratado pela CONCESSIONÁRIA, desde que prevista a possibilidade nos respectivos contratos de financiamento; ou
- (ii) inadimplemento da execução do CONTRATO que inviabilize ou coloque em risco a CONCESSÃO.

27.2. Quando configurado inadimplemento do financiamento e/ou da execução do CONTRATO por parte da CONCESSIONÁRIA, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá notificar a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, informando sobre o inadimplemento e abrindo prazo para purgação do inadimplemento.

27.3. Para que possa assumir o controle ou administração temporária da CONCESSIONÁRIA, a INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS deverá:



(i) comprometer-se a cumprir todas as Cláusulas do CONTRATO de CONCESSÃO, do EDITAL e seus ANEXOS; e

(ii) informar que atende às exigências de regularidade jurídica e fiscal previstas no EDITAL e necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO.

27.4. A transferência do controle ou administração temporária da CONCESSIONÁRIA pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a terceiros dependerá de autorização prévia do PODER CONCEDENTE, condicionada à demonstração de que o destinatário da transferência atende às exigências de regularidade jurídica e fiscal previstas no EDITAL e necessárias à execução do objeto da CONCESSÃO, considerados proporcionalmente ao estágio de execução do CONTRATO.

27.5. A assunção do controle ou administração temporária da CONCESSIONÁRIA, nos termos desta Cláusula, não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE ou perante quaisquer terceiros, USUÁRIOS ou não.

28. GOVERNANÇA CORPORATIVA E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

28.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas, conforme as regras contábeis brasileiras.

28.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do fim de cada exercício social, suas demonstrações contábeis e financeiras de encerramento de exercício, auditadas por empresa de auditoria independente, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes.

CAPÍTULO V – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

29. CAUSAS DE RECOMPOSIÇÃO

29.1. Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e mantida a repartição de riscos nele estabelecida, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

29.2. Qualquer das PARTES poderá efetuar pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, que deverá se dar na forma da Cláusula 32.

29.3. Caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO em favor da PARTE afetada nas hipóteses abaixo enunciadas, sem prejuízo de outras previstas neste CONTRATO ou que venham a ser identificadas pelas PARTES durante a vigência deste CONTRATO:

(i) Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que tenham repercussão direta nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, relacionados ao objeto deste CONTRATO, bem como interpretações da Receita Federal que onerem a CONCESSIONÁRIA;

(ii) Cobrança, pela União Federal, da CONCESSIONÁRIA de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR referente aos imóveis no quais está localizado o PARQUE ESTADUAL;

(iii) Alterações supervenientes na legislação em vigor na data da apresentação das PROPOSTAS COMERCIAIS que tenham impacto sobre as receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA;

(iv) Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE nas especificações e obrigações previstas no CONTRATO, que tenha impacto no resultado econômico da CONCESSÃO;

(v) Na ocorrência de incêndios que atinjam o hotel a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reequilíbrio de prazo pelo período de reconstrução. A responsabilidade e os respectivos custos de eventual reconstrução serão da CONCESSIONÁRIA.



- (vi) Incremento dos custos em decorrência de decisão administrativa ou judicial, relativa a fato não imputável à CONCESSIONÁRIA, que impeça, torne mais onerosa ou impossibilite a execução de OBRAS e/ou a prestação dos SERVIÇOS;
- (vii) Determinações do PODER CONCEDENTE que interrompam ou suspendam o recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, das receitas da CONCESSÃO;
- (viii) Constatação de vícios nos BENS REVERSÍVEIS referidos no item (i) da subcláusula 8.1 que sejam ocultos à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, , anteriores à CONCESSÃO que não eram passíveis de identificação pela CONCESSIONÁRIA quando da visita técnica realizada durante a fase de licitação;

30. RISCOS DA CONCESSIONÁRIA

30.1. A CONCESSIONÁRIA assume expressamente os seguintes riscos inerentes à execução do CONTRATO, a seguir especificados, que não ensejarão a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO:

- (i) Eventual não obtenção do retorno econômico inicialmente estimado e previsto na PROPOSTA COMERCIAL;
- (ii) Aumento do preço dos insumos necessários à execução do CONTRATO, exceto se o aumento decorrer de mudanças da legislação tributária, alterações legislativas;
- (iii) Aumento dos custos relativos à prestação dos SERVIÇOS, exceto se o aumento decorrer de mudanças da legislação tributária, alterações legislativas;
- (iv) Necessidade de promoção de reparos ou substituições de BENS REVERSÍVEIS em decorrência de atos de vandalismo, tumultos, distúrbios e manifestações sociais;
- (v) Projeções equivocadas a respeito da exploração das receitas ou projetos associados à CONCESSÃO;

- (vi) Eventuais erros ou omissões constatadas quanto à estimativa de tempo para a execução das OBRAS;
- (vii) Atrasos ou dificuldades, como a assunção de condições demasiadamente onerosas, na obtenção de recursos;
- (viii) Eventuais reclamações e insatisfação dos USUÁRIOS do PARQUE ESTADUAL;
- (ix) Aumento de custos relativos a financiamentos necessários à execução das OBRAS ou à prestação dos SERVIÇOS;
- (x) Inflação superior ou inferior aos índices de reajuste previstos no CONTRATO, desde que não decorrente de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- (xi) Variação cambial em índices superiores aos previstos no momento da contratação, desde que não decorrente de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- (xii) Planejamento empresarial, financeiro, econômico, tributário e contábil da CONCESSÃO e da CONCESSIONÁRIA;
- (xiii) Passivo ambiental gerado após a DATA DE EFICÁCIA, a que tenha comprovadamente dado causa;
- (xiv) Passivos ambientais que surjam em decorrência de incêndios, queimadas e demais formas de destruição das florestas do PARQUE ESTADUAL, salvo se constatada a omissão do PODER CONCEDENTE;
- (xv) Passivos que surjam em decorrência de incêndios nas dependências do hotel;
- (xvi) Danos que surjam em decorrência de volume excessivo de água (“tromba d’água”) no PARQUE ESTADUAL;
- (xvii) Demora na obtenção das licenças ou autorizações que sejam de sua incumbência, a que tenha comprovadamente dado causa; e



(xviii) Perda ou deterioração de documentos e informações relativos à CONCESSÃO que sejam de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, causadas no seu transporte e/ou arquivamento.

30.2. Todos os demais riscos não expressamente indicados na subcláusula 29.1, acima, ou como pertencentes ao PODER CONCEDENTE no âmbito do presente CONTRATO serão considerados riscos da CONCESSIONÁRIA.

31. RISCOS DO PODER CONCEDENTE

31.1. O PODER CONCEDENTE assume expressamente os seguintes riscos inerentes à execução do CONTRATO, a seguir especificados:

- (i) Eventos caracterizados como riscos geológicos ou geotécnicos, assim compreendidos como situações decorrentes de condições geológicas ou geotécnicas adversas, com impacto no custo e no tempo de cumprimento das obrigações pela CONCESSIONÁRIA;
- (ii) Atrasos na liberação dos locais das OBRAS, que deverão estar plenamente livres e disponibilizados à CONCESSIONÁRIA quando da DATA DE EFICÁCIA;
- (iii) Eventual não conformidade dos imóveis que compõem o PARQUE com as condições topográficas constatadas no Anexo K – Caderno de Encargos da Concessionária e Anexo III – Limites Territoriais da Concessão do EDITAL;
- (iv) Quaisquer modificações na legislação tributária ou na interpretação da legislação tributária que acarretem maior onerosidade fiscal à CONCESSIONÁRIA, excetuada a majoração legal das alíquotas de impostos sobre a renda; e
- (v) Demora na obtenção das licenças, autorizações, permissões, alvarás ou similares necessárias para a CONCESSÃO, desde que não seja imputável à CONCESSIONÁRIA.

32. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR



32.1. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, cujas consequências não sejam cobertas por seguro disponível no mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis, as PARTES acordarão se haver lugar à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou à extinção da CONCESSÃO, tendo-se por base as consequências dos eventos para a continuidade do OBJETO do CONTRATO.

32.2. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO, nos termos do disposto nesta subcláusula aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO por advento do termo contratual, conforme disposto neste CONTRATO, fazendo jus a CONCESSIONÁRIA ao recebimento da indenização pela(s) parcela(s) dos investimentos relacionados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, os quais tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos SERVIÇOS concedidos.

32.3. As PARTES comprometem-se a empregar todas as medidas e ações necessárias, em regime de melhores esforços, a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

33. PEDIDOS DE REVISÕES CONTRATUAIS

33.1. A revisão do CONTRATO, para fins de recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro, será solicitada pela PARTE que se sentir prejudicada, mediante o envio de requerimento fundamentado de recomposição à outra PARTE.

33.2. A omissão de qualquer das PARTES em solicitar a recomposição importará em renúncia deste direito após decorrido o prazo de 1 (um) ano, contado do evento que der causa ao desequilíbrio e/ou de sua constatação, se não verificável imediatamente pela PARTE prejudicada.

33.3. O requerimento será instruído com relatório técnico ou laudo pericial que demonstre o desequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.

33.4. O requerimento deverá conter informações precisas sobre:



- (i) A identificação do evento ensejador do pedido de recomposição;
- (ii) A comprovação dos gastos diretos e indiretos efetivamente incorridos pela PARTE por decorrência do evento que deu origem ao pleito;
- (iii) A data da ocorrência e provável duração da hipótese que enseja a recomposição;
- (iv) A estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, receitas e do resultado econômico da CONCESSÃO;
- (v) Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, a demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do evento gerador do desequilíbrio;
- (vi) Qualquer alteração necessária nas OBRAS ou nos SERVIÇOS;
- (vii) Eventual necessidade de aditamento do CONTRATO; e
- (viii) Eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações de qualquer das PARTES.

33.5. Recebido o requerimento para a revisão, a PARTE notificada deverá apresentar manifestação motivada com a decisão a respeito da anuência quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, no prazo de 90 (noventa) dias.

33.6. Uma vez que haja anuência quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, as PARTES deverão celebrar aditivo no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de quando passarão a vigorar as condições previstas no aditivo.

33.7. A recomposição será implementada a partir dos seguintes mecanismos, empregados isolada ou conjuntamente:

- (i) Indenização em favor da CONCESSIONÁRIA;
- (ii) Aumento ou redução do valor da OUTORGA VARIÁVEL;



- (iii) Aumento ou redução do valor da parcela OUTORGA FIXA;
- (iv) Alteração das especificações mínimas das OBRAS ou SERVIÇOS; e/ou
- (v) Redução ou prorrogação do prazo de CONCESSÃO.

33.8. O pagamento de quaisquer indenizações em favor da CONCESSIONÁRIA deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data da celebração do aditivo a que se refere a subcláusula 32.6.

32.8.1. Caso não efetuado o pagamento do valor da indenização devida à CONCESSIONÁRIA no prazo previsto na subcláusula 33.8, a CONCESSIONÁRIA poderá abater o valor correspondente da(s) mensalidade(s) devida(s) ao PODER CONCEDENTE a título de OUTORGA VARIÁVEL nos meses subsequentes.

32.9. A recomposição do equilíbrio será implementada de forma a tornar nulo o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal projetado em razão do evento que ensejou o desequilíbrio, considerando, na mesma data base, (i) os fluxos marginais necessários resultantes do evento que deu origem a recomposição e (ii) os fluxos marginais necessários para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

32.9.1. Para eventos de desequilíbrio, a taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente será composta pela média dos últimos 03 (três) meses da taxa bruta de juros de venda do Tesouro IPCA + 2035 (antigas Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B), ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em 15/08/2050, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa do Parceiro Privado, acrescida de um prêmio de risco de 7,34% a.a. (sete vírgula trinta e quatro por cento ao ano).

32.10. Todas as receitas e dispêndios do fluxo de caixa marginal deverão ser expressos em valores reais considerando a maior aproximação possível da data-base de 31 de dezembro do último ano em que ocorrer o evento de desequilíbrio.

32.11. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão utilizadas as melhores informações disponíveis, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, desde que sejam diretamente e inequivocamente resultantes do evento que deu causa ao desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do mercado disponíveis no momento do pleito.

32.11.1 As premissas tributárias, contábeis (e.g. depreciação e amortização) e financeiras, para projeção do fluxo de caixa, serão, sempre que possível, baseadas nos demonstrativos contábeis da CONCESSIONÁRIA.

32.12. As premissas adotadas para a projeção do fluxo de caixa marginal deverão ser adotadas tendo em vista a preservação da alocação de riscos original deste CONTRATO.

32.13. Para apuração do resultado do fluxo de caixa marginal deverá ser utilizado o fluxo de caixa do projeto, desconsiderando qualquer efeito do endividamento e da estrutura de capital do projeto.

32.13.1 O reequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto do evento que ensejou o desequilíbrio no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, sendo, para tanto, calculado o valor presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação.

CAPÍTULO VI – DA GARANTIA

34. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

34.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, em favor do PODER CONCEDENTE, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do VALOR DO CONTRATO.

34.2. Os comprovantes relativos à GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverão ser apresentados no momento da celebração do CONTRATO.



34.3. O montante da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

34.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a critério da CONCESSIONÁRIA, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- (i) caução, em dinheiro;
- (ii) fiança bancária;
- (iii) seguro-garantia; ou
- (iv) títulos da dívida pública.

34.5. As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ser contratadas junto a instituições de primeira linha e deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da DATA DE EFICÁCIA, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a CONCESSÃO, bem como promover as renovações e atualizações que forem necessárias para tanto.

33.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, até 10 (dez) dias antes do término do prazo de vigência, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral, devidamente reajustado, na forma deste CONTRATO.

34.6. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no CONTRATO e na regulamentação vigente, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser utilizada, total ou parcialmente, em casos de comprovado dano ao PODER CONCEDENTE, após o devido processo administrativo, nos seguintes casos:

- (i) na hipótese da CONCESSIONÁRIA não realizar as obrigações previstas no CONTRATO ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;



(ii) na hipótese da CONCESSIONÁRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas ou indenizações que lhe forem impostas, na forma do CONTRATO;

(iii) na hipótese de entrega de BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências estabelecidas no CONTRATO; e

(iv) na hipótese de declaração de caducidade.

34.7. A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

34.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada será restituída ou liberada em até 30 (trinta) dias após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o art. 56, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

33.8.1. Considerar-se-ão integralmente executadas todas as obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA quando encerrada a vigência contratual e emitido o Relatório Definitivo de Reversão pelo PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO VII – DAS MULTAS, SANÇÕES E RESOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS DO CONTRATO

35. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS SANÇÕES CONTRATUAIS

35.1. O não cumprimento das Cláusulas deste CONTRATO, de seus ANEXOS, do EDITAL, da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação e na regulamentação, a aplicação das seguintes penalidades contratuais:



- (i) advertência formal, por escrito e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento;
- (ii) multas, quantificadas e aplicadas na forma da Cláusula 36;
- (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o PODER CONCEDENTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos; ou
- (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição aplicada pelo PODER CONCEDENTE.

35.2. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas:

- (i) a infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie;
- (ii) a infração terá gravidade média, quando decorrer de conduta volitiva, mas efetuada pela primeira vez pela CONCESSIONÁRIA, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito, nem afetar a prestação dos SERVIÇOS;
- (iii) a infração será considerada grave quando o PODER CONCEDENTE comprovar a presença de um dos seguintes fatores:
 - a) ter a CONCESSIONÁRIA agido com má-fé;
 - b) da infração decorrer benefício para a CONCESSIONÁRIA;
 - c) a CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração de gravidade média durante o mesmo exercício fiscal;
 - d) da infração decorrer prejuízo econômico significativo para o PODER CONCEDENTE.
- (iv) A infração será considerada gravíssima quando:



a) O PODER CONCEDENTE constatar, diante das circunstâncias dos SERVIÇOS e do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, que seu comportamento reveste-se de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a saúde pública, o meio ambiente, o erário ou a continuidade dos SERVIÇOS; ou

b) A CONCESSIONÁRIA não contratar ou manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e os seguros exigidos no CONTRATO.

35.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 36, o PODER CONCEDENTE observará, na aplicação das sanções, as seguintes circunstâncias, com vistas a garantir a sua proporcionalidade:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) os danos dela resultantes para o PODER CONCEDENTE;
- (iii) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração;
- (iv) as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- (v) a situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- (vi) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências.

35.4. A advertência somente poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de infração leve ou de gravidade média.

35.5. A multa poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de quaisquer infrações definidas na subcláusula 35.2 e nas hipóteses previstas na Cláusula 36.

35.6. A multa poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de quaisquer infrações definidas na subcláusula 35.2 e nas hipóteses previstas na Cláusula 36.



35.7. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o PODER CONCEDENTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos, somente poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de infração grave ou gravíssima, assim definidas nas subcláusulas 35.2 (iii) e 35.2 (iv).

35.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, somente poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de infração gravíssima, assim definida na subcláusula 35.122.1(iv).

35.9. As penalidades serão aplicadas de ofício pelo PODER CONCEDENTE, observado o devido processo administrativo e o direito à ampla defesa e ao contraditório.

35.10. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula não impede a declaração de caducidade da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, nas hipóteses previstas no CONTRATO.

36. MULTAS

36.1. Observados os critérios previstos na Cláusula 35, nenhuma multa aplicada à CONCESSIONÁRIA será inferior a 1% (um por cento) da RECEITA BRUTA mensal ou superior a 3,5% (três vírgula cinco por cento) da RECEITA BRUTA mensal, que será determinada pelo PODER CONCEDENTE, observada a seguinte tabela:

TIPO DE INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
Leve	1% (um por cento) da RECEITA BRUTA mensal do exercício em questão
Média	2% (dois por cento) da RECEITA BRUTA mensal do exercício em questão



Grave	3% (três por cento) da RECEITA BRUTA mensal do exercício em questão
Gravíssima	3,5% (três vírgula cinco por cento) da RECEITA BRUTA mensal do exercício em questão

36.2. Os valores das multas serão cobrados com base na receita bruta auferida pela CONCESSIONÁRIA no mês de exercício em que ocorreu o fato gerador da multa, podendo ser calculada posteriormente, em período que permita a aferição de tais valores.

36.3. No caso de infrações continuadas, serão fixadas multas diárias enquanto perdurar o descumprimento, em valor não superior a 0,1% (zero vírgula um por cento) da RECEITA BRUTA mensal por dia e nunca maior no somatório que o limite para cada tipo de multa disposto na subcláusula 36.1.

36.4. As multas previstas nesta Cláusula não terão caráter compensatório ou indenizatório.

36.5. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas serão destinadas ao PODER CONCEDENTE.

36.6. Os valores das multas referidas nesta Cláusula 36 serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

37. INTERVENÇÃO

37.1. O PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO com o fim de assegurar a adequação na execução das OBRAS e na prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nas hipóteses seguintes:

- (i) cessação ou interrupção, total ou parcial, da execução das OBRAS e da prestação dos SERVIÇOS;
- (ii) deficiências graves no desenvolvimento das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;
- (iii) situações que ponham em risco o meio ambiente e a segurança de pessoas ou bens; e
- (iv) descumprimento reiterado das obrigações contratuais pela CONCESSIONÁRIA.

37.2. A intervenção far-se-á na forma estabelecida na lei, e será acompanhada da designação do interventor, especificando-se, ainda, o prazo e os limites da intervenção.

37.3. Imediatamente após a decretação da intervenção, o PODER CONCEDENTE promoverá a ocupação e utilização das instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do CONTRATO, necessários à sua continuidade.

37.4. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à CONCESSIONÁRIA amplo direito à defesa e ao contraditório.

36.4.1. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, será declarada a sua nulidade devendo a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS ser imediatamente restituídas à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito à indenização, inclusive por lucros cessantes.

36.4.2. Para os atos de alienação e disposição do patrimônio da CONCESSIONÁRIA ou atos de renúncia, o interventor necessitará de prévia autorização escrita do PODER CONCEDENTE.

36.4.3. Dos atos do interventor caberá recurso ao PODER CONCEDENTE.



37.5. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, as OBRAS e os SERVIÇOS objeto do CONTRATO voltarão à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

37.6. A intervenção pelo PODER CONCEDENTE não desonera as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA junto a INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS e, por motivo justificado em prol do interesse público, o PODER CONCEDENTE poderá abdicar da intervenção em favor da assunção do controle da CONCESSIONÁRIA por essas INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, consoante a Cláusula 27.

37.7. As receitas percebidas durante a intervenção continuarão sendo de titularidade da CONCESSIONÁRIA e o interventor deverá aplicá-las prioritariamente para:

- (i) A prestação dos SERVIÇOS, especialmente para restabelecer o seu normal funcionamento;
- (ii) Pagamentos devidos às INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS; e
- (iii) Ressarcimento dos custos de intervenção.

37.8. Se, eventualmente, as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA durante o período da intervenção não forem suficientes para cobrir as despesas referentes ao desenvolvimento da CONCESSÃO neste mesmo período, o PODER CONCEDENTE poderá recorrer às garantias estipuladas neste CONTRATO.

38. ARBITRAGEM

38.1. Na forma disciplinada pela Lei Federal 9.307/1996, as PARTES acordam em resolver definitivamente por meio de arbitragem as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, especialmente no que toca às seguintes questões:

- a) Reconhecimento do direito e determinação do montante respectivo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, em favor de qualquer das PARTES;

- b) Reconhecimento de hipóteses de inadimplemento contratual por quaisquer das PARTES;
- c) Acionamento dos mecanismos de garantia previstos neste Contrato;
- d) Valor da indenização, no caso de extinção antecipada do CONTRATO; e
- e) Desacordo sobre a mensuração de desempenho realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos deste CONTRATO.

38.2. A arbitragem deverá ser administrada pela CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil, segundo as regras previstas no seu Regulamento de Arbitragem vigente na data da solicitação da arbitragem.

38.3. A sede da arbitragem será em Cuiabá/MT, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

38.4. A arbitragem será de direito e lei aplicável será a lei brasileira, sendo vedado o julgamento por equidade.

38.5. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros nomeados conforme disposto no referido Regulamento.

38.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, para eventuais medidas judiciais aplicáveis, incluindo medidas de urgência anteriores à instituição da arbitragem, medidas de apoio à arbitragem e, ainda, a execução de sentença arbitral.

38.7. As decisões e a sentença arbitral serão definitivas e vincularão as PARTES.

38.8. As PARTES, por meio de acordo mútuo, poderão eleger distinta câmara para o processamento do procedimento de que trata esta cláusula, desde que tal câmara possua reconhecida experiência em questões envolvendo entidades ou órgãos da Administração Pública no Brasil.



38.9. As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA arcará com os custos do procedimento arbitral até que seja proferida a respectiva sentença, independentemente da PARTE que solicitar o seu início.

38.10. Após a sentença arbitral, se ela for inteiramente desfavorável ao PODER CONCEDENTE, este deverá reembolsar a CONCESSIONÁRIA pelas despesas incorridas, podendo fazê-lo por meio de descontos no valor das outorgas devidas.

38.11. Cada uma das PARTES arcará com seus próprios custos referentes a honorários advocatícios, independentemente da sucumbência determinada na sentença arbitral.

CAPÍTULO VIII – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

39. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO

39.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

- (i) advento do termo contratual;
- (ii) encampação;
- (iii) caducidade;
- (iv) rescisão;
- (v) anulação; ou
- (vi) ocorrência de CASO FORTUITO ou de FORÇA MAIOR, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO.

39.2. Extinta a CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE assumirá imediatamente a prestação dos SERVIÇOS, sendo-lhe revertidos todos os BENS REVERSÍVEIS, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, observadas as disposições deste CONTRATO e as hipóteses legais de cabimento de indenização.



39.3. Quando da extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE elaborará o Relatório Provisório de Reversão, que deverá retratar a situação dos BENS REVERSÍVEIS e determinar a sua aceitação ou a necessidade de que a CONCESSIONÁRIA promova eventuais correções ou substituições, ocasião em que deverá ser fixado prazo para as respectivas correções ou substituições.

38.3.1. As correções ou substituições deverão ser devidamente justificadas, especialmente quanto a sua conveniência, necessidade e economicidade.

38.3.2. As intervenções e/ou substituições realizadas com o objetivo de dar concretude ao dever de manutenção dos BENS REVERSÍVEIS pela CONCESSIONÁRIA não gerarão direito à indenização ou compensação em favor da CONCESSIONÁRIA.

38.3.3. A CONCESSIONÁRIA promoverá a retirada de todos os bens não reversíveis.

38.3.4. Retirados os bens não reversíveis, e verificado o cumprimento das determinações do Relatório Provisório de Reversão, o PODER CONCEDENTE elaborará o Relatório Definitivo de Reversão, com o objetivo de liberar a CONCESSIONÁRIA de todas as obrigações inerentes à reversão de bens.

39.4. Expedido o Relatório Definitivo de Reversão, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ser liberada pelo PODER CONCEDENTE em até 30 (trinta) dias, conforme disposto na subcláusula 33.8.

39.5. O PODER CONCEDENTE poderá, a seu exclusivo critério, suceder a CONCESSIONÁRIA nos contratos essenciais à prestação dos SERVIÇOS.

39.6. As indenizações devidas à CONCESSIONÁRIA em conformidade com o presente CONTRATO serão pagas pelo PODER CONCEDENTE.

40. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL



40.1. Encerrado o prazo da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo imediato encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes, ressalvado o disposto na subcláusula 38.5.

40.2. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o PODER CONCEDENTE para que os SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO continuem a ser prestados de acordo com o CONTRATO, de forma ininterrupta, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos USUÁRIOS quando do encerramento da CONCESSÃO.

40.3. Na hipótese de advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos para aquisição de BENS REVERSÍVEIS em decorrência do término do prazo da CONCESSÃO, tendo em vista o que dispõe a subcláusula 8.13.

41. ENCAMPAÇÃO

41.1. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, encampar a CONCESSÃO, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada nos termos da subcláusula 41.2.

41.2. A indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA em caso de encampação abará:

- (i) as parcelas dos investimentos realizados, inclusive obras de melhorias, manutenção, bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste CONTRATO, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;
- (ii) a desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento do CONTRATO, mediante, conforme o caso:



a) prévia assunção, perante as INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA, em especial quando a receita figurar como garantia do financiamento, substituindo eventuais garantias prestadas; ou

b) prévia indenização à CONCESSIONÁRIA da totalidade dos débitos remanescentes perante as INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS;

(iii) todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados, empregados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais;

41.3. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em razão da encampação da CONCESSÃO será apurada em processo administrativo especificamente instaurado para tal finalidade, em que seja oportunizado à CONCESSIONÁRIA o exercício do contraditório e da ampla defesa.

42. CADUCIDADE

42.1. O PODER CONCEDENTE poderá declarar a caducidade da CONCESSÃO na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

(i) decretação, por sentença judicial transitada em julgado, de falência da CONCESSIONÁRIA ou de sua condenação ou de suas controladoras por sonegação de tributos ou corrupção;

(ii) transferência da CONCESSÃO ou alteração do controle direto da CONCESSIONÁRIA de modo diverso do previsto no CONTRATO e que não tenha sido expressamente autorizado pelo PODER CONCEDENTE;

(iii) descumprimento superior a 90 (noventa) dias, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de renovação anual da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO na hipótese de oferta de seguro-garantia ou fiança bancária;



(iv) descumprimento superior a 90 (noventa) dias, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de proceder à reposição do montante integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no caso de sua utilização pelo PODER CONCEDENTE;

(v) descumprimento superior a 90 (noventa) dias, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar ou manter contratadas as apólices de seguros previstas no CONTRATO.

42.2. O PODER CONCEDENTE não poderá declarar a caducidade da CONCESSÃO com relação ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA resultante de eventos relativos aos riscos da CONCESSÃO cuja responsabilidade é do PODER CONCEDENTE ou causado pela ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR

42.3. A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

42.4. Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à CONCESSIONÁRIA, sendo-lhe oportunizado, em cada caso, prazo determinado pelo PODER CONCEDENTE para corrigir as falhas apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

42.5. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, que será calculada no processo de acordo com as subcláusulas 41.8 e 41.9.

42.6. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização ao PODER CONCEDENTE, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

42.7. A declaração de caducidade acarretará, ainda:



- (i) a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE; e
- (ii) retenção de eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, até o limite dos prejuízos comprovadamente causados ao PODER CONCEDENTE.

42.8. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de caducidade levará em conta o valor dos investimentos realizados mas não devidamente amortizados.

42.9. Do montante previsto na subcláusula 41.8 serão descontados:

42.9.1. os prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE;

42.9.2. as multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas até a data do pagamento da indenização; e

42.9.3. quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

43. RESCISÃO

43.1. As PARTES acordam que o presente CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, mediante ação proposta perante o tribunal arbitral especialmente para este fim, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE, em especial:

- (i) expropriação, sequestro ou requisição de uma parte substancial dos ativos ou participação societária da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outro ente público;



(ii) descumprimento contratual pelo PODER CONCEDENTE com relação ao pagamento de qualquer obrigação superior ao equivalente a 2% (dois por cento) do VALOR DO CONTRATO, que seja devida nos termos do CONTRATO e que não seja efetuado em até 90 (noventa) dias da respectiva data de vencimento; ou

(iii) descumprimento de obrigação pelo PODER CONCEDENTE que gere desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO cujo procedimento de recomposição não seja concluído nos prazos estabelecidos no CONTRATO por motivos imputáveis ao PODER CONCEDENTE.

43.2. O descumprimento referido na subcláusula 43.1(ii) apenas será considerado suprido com o sucesso da renegociação ou a quitação integral dos débitos.

43.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá interromper ou paralisar a prestação dos SERVIÇOS antes de 30 (trinta) dias contados da sentença do tribunal arbitral que decretar a rescisão do CONTRATO

43.4. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA no caso de rescisão será calculada de acordo com a subcláusula 41.2.

43.4.1. Para fins do cálculo da indenização referida na subcláusula 43.4, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

44. ANULAÇÃO

44.1. Este CONTRATO poderá ser anulado por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.

44.2. O PODER CONCEDENTE deverá declarar a nulidade do CONTRATO, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou na licitação que precedeu o CONTRATO.



44.2.1. Na hipótese descrita na subcláusula 43.2, acima, se a ilegalidade for imputável apenas ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA será indenizada na forma da subcláusula 41.2.

44.2.2. Na hipótese descrita na subcláusula 43.2, acima, se a ilegalidade for imputável apenas à CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE será indenizado na forma da subcláusula 41.2.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

45. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

45.1. Para a execução deste CONTRATO, nenhuma das PARTES poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste CONTRATO, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

46. DISPOSIÇÕES GERAIS

46.1. O não exercício ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES pelo CONTRATO, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

46.2. Se qualquer disposição do CONTRATO for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a exequibilidade das demais disposições contidas no CONTRATO não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

46.2.1. As PARTES negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexequíveis por disposições válidas, legais e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis.

46.3. As comunicações e as notificações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas: (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo; (ii) por fax, e-mail ou outro meio remoto, desde que comprovada a recepção; ou (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento

46.4. Todos os documentos relacionados ao CONTRATO e à CONCESSÃO deverão ser redigidos em, ou oficialmente traduzidos para, a língua portuguesa. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

46.5. Os prazos estabelecidos em dias, no CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

E, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam o CONTRATO em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Cuiabá, MT, [●] de [●] de 202[●].

PODER CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIA

Testemunhas:



Governo de
**Mato
Grosso**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Edital de Concorrência Pública n.º [●]/202[●]

Processo n.º 202[●]-[●]

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF: